



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Instituto Estadual de Florestas
Diretoria de Áreas Protegidas
Gerência de Unidades de Conservação



MEMO Nº 282/2014/GEUC/DIAP/IEF/SISEMA

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2014.

Para: Márcia Vanelli de Castro – Diretora de Compras, Patrimônio e Transportes / SEMAD

De: Benito Drummond de C. P. Júnior – Gerência de Unidades de Conservação /GEUC

Ref.: Notificação SURL nº 19 de 24/11/2014

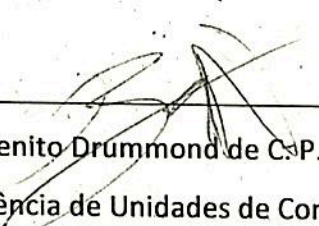
Prezada Diretora,

Em resposta a Notificação nº 019/2014/SURL/SEMAD/SISEMA de 24/11/2014, venho encaminhar anexo a este memorando documento contendo minha manifestação e defesa para sua análise e providencias.

Ressalto que tal manifestação também foi enviada ao Conselho de Administração do IEF tendo como base o Art. 5º do Decreto nº 45.834/2011.

Certo da atenção agradeço.

Atenciosamente,


Benito Drummond de C. P. Júnior
Gerência de Unidades de Conservação
Diretoria de Áreas Protegidas
Instituto Estadual de Florestas

Benito Drummond C. P. Júnior
Gerência de Unidades de Conservação
GEUC - Matr. 12.688.47



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

**Referência: Sindicância Administrativa Investigatória
Portaria de instalação: 168, de 05 de novembro de 2013.**

BENITO DRUMMOND DE CAMARGO PENAYO JUNIOR, brasileiro, solteiro, turismólogo, portador da carteira de identidade nº MG-12.292.231, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.337.106-90, residente e domiciliado na Avenida Men de Sá, nº 700, apto 1104, Santa Efigênia, em Belo Horizonte, Minas Gerais, vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, **inconformado, data vênua, com a decisão proferida pelo i. Diretor Geral do IEF (ATO DG 50/2014 de 11/11/2014)**, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão proferida e publicada na sindicância investigatória instaurada para averiguação de possível utilização de veículo oficial de forma irregular, **pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.**

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

I.1 - CABIMENTO

Conforme é possível se inferir mediante análise do art. 5º, alínea C, inciso IV, do Decreto 45834/2011, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas – IEF, **as decisões proferidas por Diretor-Geral e seus delegados são passíveis de recurso para que haja análise do Conselho de administração, senão veja-se:**

Art. 5º Compete ao Conselho de Administração:



c) as propostas de reorganização administrativa da Autarquia;
IV- decidir, em grau de recurso, contra os atos do Diretor- Geral e seus delegados;

Ademais, as irregularidades praticadas por servidor público Estadual serão apuradas em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurada ao acusado **ampla defesa e o contraditório**, sempre que for aplicada penalidade (Constituição Federal c/c Lei nº 2.620/90, Art.24 e Art. 179).

Destarte, tem-se que patente o cabimento do presente Recurso Administrativo, devendo, por tanto, ser admitido e conhecido pelo egrégio Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas.

I.II – TEMPESTIVIDADE

Cumprе esclarecer que o ATO DG 50/2014 contendo a decisão proferida pelo Ilmo. Diretor Geral Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, foi publicado em 11 de novembro de 2014. Assim, tendo em vista que o Recorrente fora notificado do *decisum* em 25/11/2014, inicialmente, o prazo de 05 (cinco) dias fornecido para contraditório, se encerraria em 30/11/2014.

Todavia, conforme se verifica dos autos da sindicância investigatória, houve uma dilação do prazo conferido ao servidor, tendo sido concedido novo prazo de 05 (dias) dias iniciando sua contagem do dia 02/12/2014.

Com efeito, tendo em vista que dia 07/12/2014 se deu em um domingo e que dia 08/12/2014, segunda-feira, se tratou de feriado, patente a tempestividade do presente recurso, cujo protocolo foi efetuado em 09/12/2014.

II – BREVE RESUMO FÁTICO



Consoante é possível se inferir mediante análise da sindicância investigatória instaurada através da portaria 168, de 05 de novembro de 2013, houve apuração com o desiderato de averiguar se houve, ou não, utilização indevida de veículo oficial pelo investigado.

Na ocasião, foi apresentada defesa pelo Recorrente e, posteriormente, o ATO DG 50/2014 publicado em 11 de novembro de 2014, determinando a devolução de valores, pelo Recorrente, ao erário publico.

Todavia, conforme será amplamente demonstrado, a decisão proferida não merece ser mantida, eis que inexistente qualquer tipo de conduta praticada pelo Recorrente capaz de ensejar a aludida condenação, bem como pelo fato de ferir, frontalmente, a legislação pátria

III – PRELIMINARES

III.I – DA NULIDADE DA DECISÃO PUBLICADA

Urge elucidar que a autoridade administrativa, no exercício do poder-dever de apurar as irregularidades no serviço público, dispõe de um instrumento informal, a averiguação, e de dois instrumentos formais: a sindicância e o processo disciplinar. A averiguação nasce de uma ordem verbal, que é respondida por escrito pelo funcionário encarregado da tarefa, apresentando o resultado da diligência, com indicação da materialidade e da autoria ou, recomendando, presente a razoabilidade, a instauração de uma sindicância de natureza investigatória. **A sindicância, por sua vez, é o meio legítimo de aprofundar as investigações e obter o esclarecimento que permita a tomada de providências. E o processo disciplinar é o devido processo legal para examinar a responsabilidade e eventualmente punir servidor ou empregado público, previamente identificado, sobre o qual pesa uma acusação objetiva.**



No caso em tela, o instrumento utilizado pelo Diretor Geral foi o instrumento forma da sindicância e não do processo disciplinar administrativo. Destarte, não há que se falar em qualquer tipo de punição ao Recorrente, eis que o instrumento utilizado possui o condão de, apenas, investigar.

Certo é que a sindicância é conceituada como meio sumário de investigação, destinando-se à apuração de ocorrências anômalas no serviço público, as quais, confirmadas, fornecerão elementos concretos para imediata abertura de processo administrativo contra o funcionário público responsável.

Logo, a sindicância pode ser considerada como fase preliminar ao procedimento administrativo, ou seja, um instrumento de que se vale a Administração para a apuração preliminar de fatos irregulares.

Com efeito, a sindicância tem sido desvirtuada e promovida como instrução de punição de pequenas faltas de servidores, caso em que deverá ser condicionada à existência do contraditório e da ampla defesa para a validade da sanção a ser aplicada.

A SINDICÂNCIA SERVE COMO PREPARATÓRIA AO PROCESSO DISCIPLINAR, POSSUINDO NATUREZA INQUISITIVA.

Portanto, a sindicância possui duas finalidades, senão vejamos: a) procedimento sumário para apuração de infrações que culminam na aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias; b) procedimento **preliminar** preparatório para o processo administrativo disciplinar.

DESTARTE, RESSAI INDENE DE DUVIDAS O FATO DE QUE O PROCEDIMENTO UTILIZADO PELO I. DIRETOR GERAL, QUAL SEJA, SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATÓRIA,



POSSUI O CONDÃO ÚNICO E EXCLUSIVO DE APURAÇÃO DE EVENTUAL INFRAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA UM EVENTUAL E FUTURO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, RAZÃO PELA QUAL, CONCESSA VÊNIA, É NULO O ATO PUBLICADO O QUAL IMPÕE AO PETICIONANTE A NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE VALORES DEVIDOS AO ERÁRIO PÚBLICO.

Assim, deve ser declarada a nulidade do ato ATO DG 50/2014 publicado em 11 de novembro de 2014, eis que a sindicância administrativa investigatória não serve como instrumento capaz de punir os agentes públicos, mas, tão somente para investigá-los.

III.II - DA NULIDADE DA SINDICÂNCIA - EXPIRAÇÃO DO PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATÓRIA

Conforme é possível se verificar mediante análise do mandado de citação expedido para o investigado, a sindicância administrativa investigatória foi instaurada pela portaria 168 de 05 de novembro de 2013, por sua vez publicada em 06 de novembro de 2013.

O §2º, do art. 220, da Lei 869/52 é claro ao aduzir que o inquérito administrativo, deverá ser concluído em até 30 dias a partir da data de designação deste, senão veja-se:

Art. 220 - O processo administrativo constará de duas fases distintas:

a) inquérito administrativo;

b) processo administrativo propriamente dito.

§ 1º - Ficar dispensada a fase do inquérito administrativo quando forem evidentes as provas que demonstrem a responsabilidade do indiciado ou indiciados.

§ 2º - O inquérito administrativo se constituirá de averiguação sumária, sigilosa, de que se encarregarão funcionários designados pelas autoridades a que se



refere o art. 219 e **deverá ser iniciado e concluído no prazo improrrogável de 30 dias a partir da data de designação.**

Ora, mediante perfunctória análise da presente sindicância é possível se verificar que esta está tramitando há muito mais de 30 dias. **Isso porque, consoante exposto, a portaria que instaurou a sindicância foi publicada em 06 de novembro de 2013. Logo, tendo em vista que até data de 10 de novembro de 2014 a sindicância continuava pendente de conclusão, ou seja, mais de um ano após sua instauração, razão pela qual deve ser declarada sua nulidade, com consequente nulidade da decisão proferida.**

Repare que a Lei 869/52 é muito clara ao aduzir que se trata de PRAZO IMPRORROGÁVEL. Assim, com fulcro no art. 220 da Lei 869/52, deve a presente sindicância ser extinta e arquivada, havendo, assim a cassação da decisão proferida.

IV- MÉRITO

Ad argumentandum, caso ultrapassada a preliminar arguida, o que se admite somente em observância ao princípio da eventualidade, certo é que a decisão proferida pelo i. Diretor Geral se apresenta equivocada, eis que inexistem substratos fáticos-legais capazes de ensejar qualquer tipo de condenação do Recorrente, conforme será sobejamente demonstrado a seguir.

IV.I – DA REALIDADE DOS FATOS

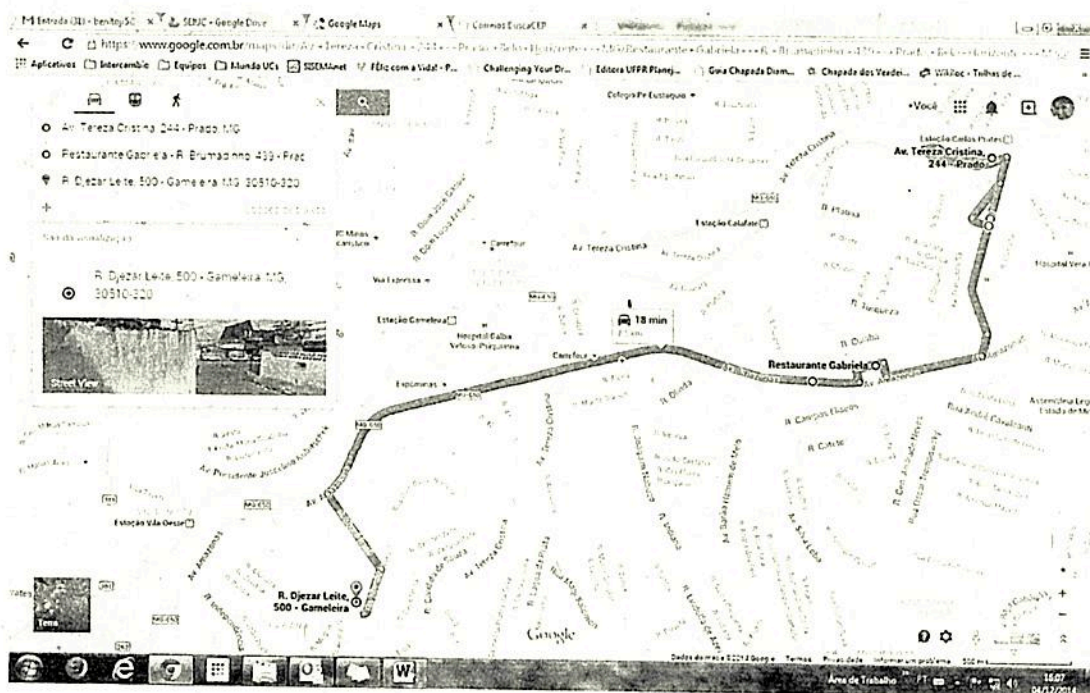
Consoante amplamente esclarecido nos autos, o Recorrente sempre agiu com zelo, prudência e boa-fé, atendendo, à risca, todos os procedimentos previstos pelo Decreto 44.710/2008 (Decreto Estadual que dispõe sobre a administração da frota de veículos pertencente à administração pública)

No caso em apreço, o investigado fora designado para levar

o veículo oficial para uma vistoria na seguradora, conforme é possível ser verificar no e-mail acostado à presente sindicância investigatória. Na ocasião, o investigado fora informado de que ele tinha o dever de levar o carro até a vistoria. Diante de tal fato, o investigado agendou, na sexta-feira, a realização de vistoria no veículo oficial para segunda-feira.

Note-se que consoante se verifica das fls. 20 dos autos, a servidora Kênia, responsável pelo setor de transportes, deixou cristalina a recomendação de que o Recorrente deveria se dirigir à vistoria desacompanhado.

Assim, conforme aduzido em sede de defesa, o Recorrente, ao sair da Mapfre Seguros, localizada na Avenida Tereza Cristina, 244, Carlos Prates, com destino à Garagem do IEF, por sua vez, localizada na Rua Djezzar Leite, 500, Gameleira (vide mapa abaixo), pelo fato de já estar em horário de almoço, houve por bem parar no trajeto, **dentro da rota, e em horário comercial** para almoçar.





Como o Recorrente tinha que, à tarde, retornar ao trabalho na Cidade Administrativa, a rota mais lógica a ser utilizada seria sair da garagem da gameleira e seguir na amazonas sentido contagem, utilizar o anel rodoviário e descer na Av. Antonio Carlos ou Cristiano machado para, aí sim, se dirigir para a Cidade Administrativa. Certo é que, caso deixasse para almoçar na Cidade Administrativa, o Recorrente ficaria sem almoço, pois os restaurantes oferecem as refeições em horários restritos. Desta forma, por óbvio, o Recorrente, exercendo o direito legal de se valer do seu horário de almoço, decidiu parar para almoçar dentro da rota de retorno para a garagem e, posteriormente, seguir para o destino final. Todavia, infelizmente, neste intervalo ocorreu o incidente ocasionando o furto do veículo.

Note-se, que ao parar para almoçar no restaurante, em nenhum momento houve qualquer desvio de rota em relação ao caminho que o investigado deveria fazer para se dirigir à garagem da Gameleira. No entanto, para o dissabor do investigado, no retorno do almoço, este não encontrou o veículo oficial no local onde havia estacionado, tendo sido este o momento em que percebeu que o veículo havia sido furtado.

Diante do aludido fato, o investigado tomou todas as providências possíveis e necessárias, tendo acionado a polícia militar, feito B.O, bem como informando o Instituto Estadual de Florestas sobre o acontecimento.

É cediço que o Recorrente labora para o instituto estadual de florestas "IEF" há, praticamente 10 anos, tendo sido contratado em julho de 2004. Desde a data da contratação não houve nenhum tipo de reclamação contra o investigado, bem como inexistente qualquer tipo de conduta indevida por parte deste no ambiente de trabalho. Ainda, importante sobrelevar que o fato de que este sempre laborou buscando exercer sua função sempre com zelo e prudência, envidando todos os esforços para realizar seu trabalho com a maior perfeição possível.



Assim, patente o fato de que a imposição de devolver valores ao erário em função do furto de um veículo público utilizado pelo Recorrente por designação de seus superiores, quando este agiu estritamente dentro da lei, se trata de uma decisão absurda, devendo assim, ser cassada ou reformada.

IV.II - DA INAPLICABILIDADE DO ART. 24 DO DECRETO ESTADUAL 44.710/2008 AO CASO EM TELA

Cumpra asseverar que o investigado/Recorrente fora acusado de uso irregular de veículo oficial, tendo sido, para tanto, invocado o artigo 24 do Decreto 44.710/2008.

Todavia, consoante será sobejamente demonstrado na presente manifestação, não houve nenhuma conduta exercida pelo investigado capaz de resultar na apuração de uso irregular de veículo oficial por este.

Isso porque, conforme pode-se verificar mediante análise do relatório da comissão de sindicância, constante nas fls. 58, foi exposto, de forma explícita, que a legislação utilizada como alicerce para a responsabilização do Recorrente pelo furto do veículo público, foi o inciso, III, do art. 24 do Decreto 44.710/2008.

Nesta senda, vale trazer à baila o que aduz o aludido inciso, *ipsis litteris*:

*Art. 24. É vedado o uso de veículo oficial para:
III - transportar qualquer pessoa para casa de diversão, supermercado, escola ou qualquer outro local, para atender interesses alheios ao serviço;*

Com efeito, no aludido relatório a comissão de sindicância deixou claro, ao grifar a parte final do inciso III do art. 24, que entendeu que o Recorrente se valeu do veículo público para fins



alheios ao serviço em que estava realizando.

TODAVIA, TRATA-SE DE INTERPRETAÇÃO QUE ULTRAPASSA O ABSURDO, HAJA VISTA QUE O RECORRENTE ESTAVA EXERCENDO SEU DIREITO LEGAL DE ALMOÇAR DURANTE O EXPEDIENTE DE TRABALHO. ORA, ENTENDER QUE O INVESTIGADO UTILIZOU O VEÍCULO PARA FINS ALHEIOS AO SERVIÇO QUANDO ESTE PAROU EM UM RESTAURANTE PARA ALMOÇAR, RESSALTE-SE DENTRO DA ROTA E EM HORÁRIO COMERCIAL, TRATA-SE DE INTERPRETAÇÃO INCOERENTE E INAPLICÁVEL AO CASO EM EPÍGRAFE.

Com efeito, o investigado é um funcionário do Instituto Estadual de Florestas e sua jornada de trabalho se trata de uma jornada de 8 horas diárias com direito a UMA HORA DE INTERVALO INTRAJORNADA, PARA DESCANSO E ALMOÇO.

Assim sendo, ao tentar imputar qualquer tipo de culpa ao investigado se está, em verdade, aduzido que este não teria o direito ao seu horário de almoço, eis que, conforme já exposto em sede fática, os restaurantes da Cidade Administrativa só funcionam em horários restritos, e, de acordo com a investigação, o certo seria que este tivesse retornado com o carro à garagem e, somente após retornar ao IEF, localizado na cidade administrativa, este poderia ter efetuar sua refeição.

Assim, mesmo sabendo se tratar de um fato ocasionado por terceiros de má-fé, o IEF decidiu instaurar uma sindicância investigatória com o desiderato de apuração de culpa do investigado.

Todavia, conforme é cediço, o investigado tomou todas as providências possíveis em relação ao caso em epígrafe, não podendo haver qualquer imputação de culpa à este pelo incidente objeto da sindicância instalada.



IV.III – EXCLUDENTE DE ILICITUDE – CASO FORTUITO

Conforme se sabe, houve o furto de veículo oficial por terceiros de má-fé quando o veículo estava na posse direta do investigado.

Todavia, cumpre esclarecer que o aludido furto, que ensejou a instauração da sindicância administrativa investigatória se trata de caso fortuito, em função da imprevisibilidade de tal acontecimento, o que, por si só, é capaz de impedir que haja qualquer tipo de responsabilização do investigado pelo furto ocorrido.

IV.IV – DEVER DE FORNECIMENTO DE SEGURANÇA PELO ESTADO – INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ATÍPICA OU ANTIJURÍDICA DO INVESTIGADO – INEXISTÊNCIA DE CULPA PELO INCIDENTE.

O investigado trabalha para o IEF há quase 10 anos, tendo sempre agido em estrita consonância com os princípios inseridos no art. 216 da Lei 869/52.

Conforme já apurado na sindicância, e aduzido por diversas vezes pelo investigado, este somente estava na posse do veículo oficial do Estado por imposição do IEF, que aduziu ser dever do investigado levar o veículo até o local da vistoria que seria realizado neste.

Todavia, mesmo diante de tal fato, optou-se pela instauração de procedimento investigatório para apuração de culpa do investigado. Em tal procedimento, foi utilizado o art. 24 e seus incisos I ao IV, do Decreto 44.710/2008, como forma de alicerçar a investigação.

Denota-se, portanto, que o investigado foi acusado de não



cumprimento ao que dispõe o art. 24 do Decreto 44.710/2008. **Ora, conforme já exposto, o investigado não realizou nenhuma das práticas vedadas nos incisos I ao IV do art. 24 do Decreto 44.710/2008. Isso porque, ele estava utilizando o veículo oficial durante o serviço, por imposição de funcionários superiores hierarquicamente, não tendo transportado ninguém no veículo e, muito menos, tendo se valido do veículo para se dirigir à casa de diversão, supermercado, escola, etc.**

Certo é que o investigado apenas parou em local público, dentro da rota estipulada, para almoçar.

Ora, a decisão atacada é absurda, haja vista que um funcionário tem o direito de usufruir do intervalo intrajornada, e o empregador tem o dever de fornecer intervalo intrajornada aos seus empregados. Caso o Recorrente tivesse agido como tem pregado o IEF, e não tivesse parado para almoçar, este somente poderia almoçar no fim da tarde, ficando, assim, mais de 08 horas sem se alimentar e sem descanso.

ADEMAIS, NOUTRO GIRO, AO INSTAURAR TAL SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA, O QUE SE PERCEBE É QUE O ESTADO TENTA SE ESQUIVAR DO SEU DEVER DE FORNECIMENTO DE SEGURANÇA. Com efeito, o fornecimento de segurança, conforme exposto na Carta Magna, se trata de mister do Estado, não podendo os civis responderem por atos de terceiros ao qual em nada contribuíram para que ocorresse.

No caso em tela, o investigado apenas estacionou o veículo oficial em um local permitido na rua e após retornar do almoço o veículo não se encontrava mais lá. **Certo é que caberia ao Estado impedir que tal furto ocorresse e não a instauração de processo investigatório como forma de imputar ao investigado qualquer tipo de responsabilidade pelo fato ocorrido.**



Patente o fato de que o investigado realizou todos os procedimentos que estavam ao seu alcance para tentar reaver o veículo, como, boletim de ocorrência e queixa de furto realizadas.

Percebe-se, deste modo, que seja pelo fato do investigado ter o direito ao seu intervalo intrajornada, seja pelo fato de se tratar de responsabilidade do Estado o fornecimento de Segurança nas ruas, ou, ainda, seja pelo fato do investigado ter realizado todos os procedimentos possíveis para tentar localizar o veículo, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM QUALQUER TIPO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO INVESTIGADO PELO INCIDENTE OCORRIDO.

V - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante do exposto o Recorrente REQUER:

1. O recebimento do presente recurso, para que este seja admitido e conhecido e, posteriormente, julgado.
2. Sejam acolhidas as preliminares arguidas para declarar nula a decisão proferida pelo Diretor-Geral, tornando nulo, consequente, o ATO DG 50/2014 de 11/11/2014, ainda, com a consequente extinção da sindicância administrativa investigatória e arquivamento do feito.
3. Caso assim não entenda o colendo Conselho de Administração do Instituto Estadual de Florestas, o que se admite apenas em



observância ao princípio da eventualidade, seja reformada a decisão proferida para extinguir a sindicância investigatória pelos fatos e fundamentos elencados nos itens VI.I, VI.II, VI.III e VI.IV.

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2014.


p.p. LUCAS ANDRADE DRUMMOND CAMARGO
OAB/MG 140.486